



Taxa de violência
estatal e o
monitoramento de
profissionais de
segurança

Tendo como base o cenário atual, é notório o índice de violência urbana vindo da parte dos profissionais de segurança do Brasil. Existe uma alta taxa cujo se evidencia um comportamento de violência desnecessária nas abordagens dos profissionais, principalmente nos locais de periferia, as tais abordagens podem vir acompanhadas de segregação racial, discriminação por classe social e pré-conceito de indivíduos. Provando a existência de abuso de poder das autoridades responsáveis.

Em tese, as abordagens policiais deveriam ser algo eficaz e necessário para a segurança pública, e em determinados casos cumprem esse dever. Porém, existe a tal taxa de violência policial e a marginalização de um certo público, a mesma, deve ser combatida e cabe aos órgãos de maior poder se mobilizarem contra os ocorridos. Também se debate a possibilidade de uma certa vigilância aos profissionais de segurança. No entanto, há quem diga que um monitoramento aos policiais pode vir a desencorajá-los e inutilizar seu trabalho. Logo, o monitoramento de policiais é um tema que divide opiniões e embora seja pauta para o estado, não se é resolvido quaisquer problemas de violência estatal no Brasil até o presente momento.

Portanto, cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF), órgão de maior poder, sancionar a lei que permite o uso de câmeras nos uniformes policiais de todo o território brasileiro, para fim de, supervisionar e garantir a segurança da população marginalizada e das próprias autoridades. Um questionamento significativo seria, o porquê do suposto enfraquecimento aos policiais, tendo em vista que, se existe um sistema de segurança pública justo e honesto, não haveria temores para atitudes que protegem os direitos civis.